



Fundado no
Sesquicentenário da
Batalha do Seival

O GAÚCHO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO
INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE
DO SUL

20 anos do IHTRGS
Bicentenário de Osorio

Ano 2008

Nr 58

A ESCRAVIDÃO NEGRA NO BRASIL

No Brasil houve duas escravidões: *vermelha* e *negra*. A escravidão vermelha foi a dos Índios, de raça vermelha; a escravidão negra ou africana foi a dos pretos, importados da África.

Uma e outra tiveram as mesmas causas: 1- a falta de escrúpulos da parte de certos homens, mal instruídos na religião, que não se importavam com apoderar-se da liberdade de outros homens, seus semelhantes; 2- a falta de braços para a lavoura; 3- o fato de que os colonos europeus se davam mal com o clima tropical e não gostavam de suportar o serviço rude do eito; 4- a tolerância dos governos e mais autoridades, que permitiram este cruel abuso, resto do paganismo.

Parece que foi um marinheiro português, *Gil Eannes*, o primeiro Europeu que se atreveu a recomençar a escravização do homem, à moda dos pagãos antigos. Em 1435, aprisionou alguns homens nas Canárias e tratou de vendê-los. No reino, o príncipe Henrique reprovou logo essa crueza e obrigou o aventureiro a restituir os presos ao lugar de onde os roubara.

Outro navegante português, *Antonio Gonçalves*, em 1442, comprou escravos negros na Costa do Ouro e os levou a trabalhar em solo europeu. O sistema nefando estava começado e encontrou numerosos imitadores e até defensores.

De todos os povos, o que mais intensamente realizou o tráfico dos escravos negros foi o português; mas os Espanhóis, Ingleses, Holandeses e Franceses tiveram também numerosos pretos em suas colônias.

Os Portugueses possuíram a maior parte da África durante os séculos XVI e XVII. Três centros desse continente lhes serviram principalmente para o infame tráfico: 1- o mar da Guiné, com as ilhas de Fernando Pó, Anno Bom, S. Thomé e Príncipe; 2- as terras de Angola, Benguela e Luanda; 3- a *contra-costa* oriental de Moçambique.

Nesses centros o governo português criou vassallos ou aliados negros, que lhe facilitavam o tráfico com o interior.

Ao longo das vias mais freqüentadas, havia fazendas de colonos portugueses, que faziam o comércio de marfim e outros produtos e lavravam plantações para alimentar os negros que escravizavam.

Na América, o primeiro a introduzir negros foi o governador da ilha de Hispaniola,

hoje Haiti, *Nicolau Ovando* importou numerosos escravos da África, afim de ativar a colonização da ilha.

No Brasil, é certo que a escravidão vermelha precedeu a negra, mas de poucos anos. Em 1531, Pero Góes, com licença de Martim Affonso de Souza, levou 17 escravos índios para Portugal; julga-se que no tempo das primeiras capitânicas já existiam pretos a trabalhar em Pernambuco e São Vicente.

Serviços prestados pelos negros

Imensos foram os serviços prestados pelos negros no Brasil e em toda a parte.

Verificou-se logo que o preto era muito superior ao Índio; era mais dócil, mais ativo, mais paciente e alimentava-se de pouca coisa; quando bem tratado retribuía afeto por afeto e era capaz de lealdade e dedicação heróica para o dono. É verdade que Índios custavam apenas 4\$ cada um e às vezes menos, porque era fácil capturá-los; mas morriam em grande número, eram muito preguiçosos, turbulentos, vingativos e ferozes; não se prestavam ao serviço agrícola; davam resultados regulares nos trabalhos das minas e distinguiam-se apenas como ótimos canoieiros e corajosos soldados; eram altamente protegidos pelos Jesuítas e pelas leis sobre a escravização indígena, o que tornava sua posse sempre litigiosa e de pouco valor. Foram caçados em todos os tempos até o século XVIII e mais tarde, apesar da lei, no extremo norte e nos sertões do sul.

Na zona oriental, os negros foram preferidos e fizeram prosperar as lavouras de açúcar, os vergéis e pomares das primeiras povoações e os trabalhos das minas.

Os países que adotaram a escravidão fizeram-no por amor do lucro; mas foi uma ilusão; na realidade, perderam muito; aliás, nunca se lucra desobedecendo às leis de Deus.

Em primeiro lugar o *braço livre* é muito mais produtivo que o mais musculoso escravo; a maravilhosa prosperidade dos Estados do Sul do Brasil, mormente de S. Paulo, é hoje prova frisante dessa verdade econômica; depois, a Providência, que dirige os fatos sociais, recompensou a abolição da escravidão nas sociedades modernas dando aos homens as forças incomparáveis do vapor e da eletricidade. No ponto de vista moral, a escravidão atrasou excessivamente a sociedade.

Captura e viagem para o Brasil

Excede qualquer descrição a hedionda captura dos escravos no continente africano e sua viagem para as Américas; não se contam as atrocidades, os crimes cometidos durante esta fase do vergonhoso tráfico.

Na África, o uso da escravidão perde-se na noite dos tempos; os muçulmanos ainda hoje a praticam, às ocultas, quando podem escapar às polícias européias. Outrora, era freqüente o pai negro vender o filho; o juiz podia condenar qualquer indivíduo à escravidão; o menor régulo arrogava-se o direito de escravizar seus súditos e o vencedor costumava tirar a liberdade aos prisioneiros de guerra e conservar-lhes a vida em troca do cativo. Desses princípios bárbaros, cuja execução facilitavam ou procuravam originar, valeram-se os traficantes para comprar e resgatar seres humanos, criados à imagem de Deus como eles mesmos. Compravam os filhos aos pais; os súditos, aos reis; os prisioneiros, aos vencedores, trocando-os por miçangas de vidro, por panos riscados de vermelho e mais cores vistosas, espelhos, e principalmente pela aguardente e facões de aço; e tais objetos se davam de jeito a excitar a cobiça e multiplicar o número de peças da próxima compra.

Por vezes, os caçadores de escravos invadiam subitamente, com a violência e com os processos dos ladrões, as tribos indefesas, que surpreendiam de improviso; assaltavam as cidades, as vilas e os campos da África, devastando e assolando tudo; arrebanhavam, como presa fácil de conquistar, os homens, as mulheres e as crianças, e as conduziam à

viva força para os depósitos da costa.

Quem praticava esse primeiro ato do bárbaro drama, eram os *funidores* (fornecedores), com melhor razão apelidados *tumbeiros*, porque eram mais cadáveres que seres vivos que traziam à costa.

Uma vez comprado um bando de escravos no interior, o *tumbeiro* o levava de presídio a presídio, até o litoral; as míseras vítimas iam ajoçadas, umas atrás das outras, pelo pescoço, com pesada cadeia, o *libambo*; impossível resistir, impossível fugir; só andar e sofrer. Nem um pano tinham para se cobrir; mal alimentados, vários caíam de cansaço, moléstia e maus tratos na dolorosa marcha. Para o *tumbeiro*, queixar-se de moléstia era sinal de manha ou mentira; a poder de pancadas obrigava o queixoso a arrastar-se até o completo esgotamento e então abandonava-o exânime às feras e bichos do sertão; por muitos anos o longo e fúnebre trajeto ficou marcado pelos restos de tantas ossadas humanas.

Chegados ao navio negreiro, os pretos eram afinal embarcados, depois de marcados a ferro em brasa, no ombro, atrás, com o carimbo de dono, para serem reconhecidos em caso de fuga. O governo português cobrava uma siza de tanto por peça: triste imposto que merecia cada vez mais as iras do céu para os desalmados que o aceitavam.

A bordo, a viagem era um suplício infernal. Amontoados por 400, 500, ou mais, em estreito porão, os presos não tinham ar suficiente e morriam numerosos cada dia; para diminuir essa mortalidade, os guardas os faziam subir ao convés para o banho e os mandavam dançar cantando, para, deste modo, arejar os infelizes e distender-lhe os membros; assim mesmo, as torturas físicas e morais eram tamanhas que não raro alguns desesperados se atiravam ao mar. Por isso essas danças lúgubres, capazes de prejudicar os lucros dos traficantes, acabavam depressa e o rebanho humano voltava ao porão escuro onde era guardado e vigiado.

Como as crianças e as mulheres eram mais calmas e não se lançavam às ondas, viajavam na coberta, onde sofriam e morriam menos.

Empilhados uns sobre outros, sem luz, sem ar, sem roupas, não recebendo senão alimentação quase nula e corrompida pela falta de asseio, sem o mais mesquinho alívio material ou intelectual, os miseráveis contraíam estranha moléstia, o *banzo*, espécie de pungente e intensa saudade da pátria, de nostalgia frenética, que os levava ao paroxismo do delírio, ao suicídio, ao idiotismo ou à morte por inanição.

Nas melhores viagens, a mortalidade era um décimo dos transportados; em freqüentes casos, alcançou a metade e mais ainda. Frei Thomaz de Mercado, em 1569, já descrevia as horrendas cenas do tráfico com seus cruéis tratos e citava uma nau do Cabo Verde que levou 500 pretos para o México. Após uma noite apenas, amanheceram mortos 120 e antes de chegarem tinham perecido quase 300.

Nos meados do século XIX, a Inglaterra e outras potências marítimas resolveram acabar com o infame tráfico e começaram a visitar os navios no alto mar e em paragens determinadas e perseguir os negreiros; estes, quando não podiam mais fugir e evitar o merecido castigo, alijavam então toda a carga ao mar.

Por isso, o grito unânime das consciências honestas era que se acabasse quanto antes com tais atos desumanos, abolindo-os pela raiz e suprimindo a escravidão. Mais uma vez, a voz do Evangelho venceu os apetites insaciáveis da cobiça.

Tratamento dos negros no Brasil

Afinal, o navio negreiro chega ao Brasil; os pretos desembarcam e acampam no oitão dos trapiches, esfaimados, esqueléticos, semi-nús ou esfarrapados, vários

agonizantes; mas começam a respirar.

Numerosas doenças, ocasionadas pela falta de higiene: febres, sarampão, bexigas, mal de Luanda, os atacam e dizimam. Mas pessoas caridosas já lhes mostram alguma simpatia, dando-lhes peças de roupa, alimentos ou curativos; em breve, são comprados para a lavoura ou a cidade, conforme o aspecto e a musculatura:

Então o negro começa a ter vida mais regular, repara que o novo senhor o estima e é melhor que os da África e do mar; o tratamento é menos desumano, as forças físicas voltam e, com elas, certa alegria pela existência e gratidão pelo dono.

As senhoras brasileiras distinguiram-se pelo acolhimento caritativo que dispensaram aos pretos; em primeiro lugar, tomavam conta exclusiva das escravas e chegavam a tratá-las como criadas e às vezes mesmo como filhas da casa. Quanto aos escravos, o coração bondoso das Senhoras brasileiras descobria mil meios de agradá-los, dando-lhes roupas, remédios, alimentos suplementares, conselhos maternais, mostrando-lhes real carinho, alcançando-lhes o perdão do feitor ou do dono após alguma falta, etc. Em regra, para todo o pessoal escravo, eram elas que ensinavam o português, o catecismo, preparavam a recepção dos sacramentos da Igreja: batismo, confissão, comunhão e, em caso de morte, a extrema-unção. Quando chegava a antever a sublimidade da alma, a possibilidade de merecer o céu um dia, quando da boca da patroa aprendia que um Deus morreu para resgatá-lo tanto como os brancos, o pobre negro sentia-se transfigurado, criava paciência para agüentar as agruras da vida terrena e, de seu coração nascia real e funda afeição por quem lhe desvendava tão excelso destino.

A Igreja, por sua vez, nunca aceitou a escravidão; tolerou-a apenas quando lhe faltavam meios para a corrigir. Eloquentes vozes de bispos e de padres elevaram-se nos púlpitos e outros lugares em favor da raça desprezada. O padre Vieira profligou a escravidão dos negros e reparou que em outras terras, o homem comercia, semeia, colhe, as mulheres fiam, e aqui, o comércio é o da carne que os homens geram e as mulheres amamentam. “Comércio desumano e diabólico”, afirmou ele.

O padre Manuel Ribeiro Rocha, em 1758, escrevia que todo o comércio de Angola, Guiné e Canária era ilegal e devia ser condenado, como pecado mortal contra a caridade e justiça; e ajuntava que 5 anos de servidão deviam bastar para reintegrar esses prisioneiros negros na liberdade.

A religião católica suavizou o mais possível a sorte da raça preta e inspirou belíssimos costumes aos senhores: um vizinho, um amigo, um membro da família podia *apadrinhar* os remissos, os fugitivos, os culpados; então suspendia-se o castigo e o senhor perdoava; concedia-se algum tempo na semana, um dia ou dois, para o negro trabalhar em proveito próprio, adquirir alguma quantia, que a lei acabou por reconhecer oficialmente como propriedade dele; esse dinheiro lhe permitia um dia alforriar-se e conquistar legalmente a liberdade e os direitos de cidadão; mediante esportula insignificante, que a caridade pública nunca recusava a quem a implorava, alforriavam-se as crianças na pia batismal, sobretudo quando tinham a pele menos escura; os senhores, ao morrer, não raras vezes, alforriavam, de graça, bom número de seus escravos, que geralmente continuavam a servir na mesma casa, mas na condição de homens livres. Nas ordens religiosas, os negros eram considerados como escravos de algum santo, como pertencentes a este santo e por isso eram bem tratados e não podiam ser vendidos.

Foi ainda a religião católica que popularizou o culto de S. Benedicto, de raça negra e escravo na Sicília; protegeu e multiplicou as irmandades de pretos, particularmente as de Nossa Senhora do Rosário.

Com permissão e auxílio dos senhores, os escravos organizavam festas meio-profanas, meio-religiosas; a mais alegre e concorrida era a coroação do *Rei do Congo*, que gostavam de celebrar no dia mesmo dos *Reis Magos*, a 6 de janeiro; a cena mais interessante e mais aplaudida consistia na *chegança* do rei festejado, com sua côrte, seus vassallos, no meio de, reproduções de costumes africanos e simulação de navios de guerra, fortins e soldados portugueses.

Costume admitido pelas autoridades e que abona a favor de nossa índole benévola, é que o escravo descontente, incompatibilizado com o dono, tinha o direito de *procurar senhor* e assim mudar um cativo por demais rude por outro mais a seu gosto.

Todos estes fatos e muitos outros igualmente louváveis em nada desculpam a escravidão, que foi e não podia deixar de ser um cancro social, mas provam que se o mal foi grande, numerosíssimos foram também os atos que o abrandaram; por isso, os negros no Brasil sentiram-se amados; reabilitados, dignificados com o tempo, mais, muito mais do que na terra de origem; afeiçoaram-se a esta nova pátria que os beneficiava, trabalharam por ela com energia e a defenderam valorosamente nos campos de batalha, desde Henrique Dias com seus heróis da guerra holandesa até nossos dias.

Os pretos dignificados no Brasil deram homens de valor tanto nas fileiras do clero como em qualquer profissão; hoje são todos cidadãos da mesma pátria, onde possuem os mesmos direitos que os outros Brasileiros e gozam da consideração que lhes merecem suas virtudes. Entre nós, não há questão social a respeito de raças diferentes, como na América do Norte; e foi a religião católica que nos valeu essa maravilhosa unidade de sentimentos, fonte de paz e de prosperidade para nosso país.

Escravidão e Igreja

É do contágio do primeiro pecado que derivam todos os males, em particular essa perversidade monstruosa pela qual homens houve que esqueceram a caridade ao ponto de tirar a liberdade a seus semelhantes.

Até o advento do Redentor Jesus Cristo, a escravatura propagou-se em todos os povos, e tão reduzido era o número dos homens livres que um poeta chegou a pôr nos lábios de César esta atrocidade: “*O gênero humano vive para poucos*”.

A escravatura estava em vigor nas nações pagãs mais civilizadas, entre os Gregos e os Romanos, onde a dominação de um pequeno número se impunha à multidão e esta dominação era exercida com tanta perversidade e orgulho, que as turbas de escravos eram considerados como bens, não como pessoas, como coisas desprovidas de todo o direito e até da faculdade de conservar a vida.

Seguindo a doutrina de seu divino Fundador, a Igreja católica, com muita doçura e prudência, mudou aos poucos tão hediondo estado.

Ensinou que todos os homens são filhos de um mesmo Pai, que é Deus; são todos irmãos em Jesus Cristo, devem amar-se mutuamente.

Disse aos donos para tratar benignamente os que os serviam, favoreceu as libertações e, com o decorrer dos séculos, transformou a escravidão em servidão, e esta, afinal, em liberdade completa.

Ensinou também aos escravos tratar bem seus donos, ser-lhes sujeitos em todo o temor, não só aos bons e modestos, mas ainda aos dísculos, mostrando que quando alguém serve aos donos da terra é a Jesus Cristo e a Deus mesmo que está servindo.

Devagar, a caridade dos senhores e a paciência dos escravos chegaram a tornar virtuoso e agradável um estado social tão contrario à natureza

A Igreja conseguiu embelezar de todo o realce da virtude a palavra *servir*,

antigamente própria apenas de um escravo, e hoje cada um se ufanava em dizer: *sirvo a Deus, sirvo a pátria, a meus pais, a meu dono.*

No fim da Idade Média, não havia mais escravos nos países cristãos: reapareceram por efeito de insaciável cobiça quando voltaram as idéias pagãs da Renascença; mais uma vez se verificou o princípio que idéias erradas geram maus costumes.

Que fez então a Igreja? Pela voz dos papas, não cessou de clamar contra a volta do antigo abuso; declarou sempre que todos os homens nascem livres, tanto os Índios como os negros; aproveitou cada ocasião oportuna para convidar os governos a praticar os seus deveres neste ponto importante e graças às suas perseverantes instâncias, conseguiu que se fizesse justiça aos direitos postergados da natureza e da religião.

São Pedro Claver (1581-1654)

São Pedro Claver foi um Jesuíta espanhol que trabalhou mais de 40 anos entre os escravos pretos das Índias Ocidentais, como então se chamavam as Américas. A vocação particular que Deus lhe destinava, lhe foi revelada por um santo Irmão leigo, porteiro da residência, santo Affonso Rodriguez: Tudo aconteceu conforme as predições do Irmão.

Depois de ordenado sacerdote, Pedro foi enviado a Cartagena (Colombia), o maior mercado de escravos das colônias espanholas e ali fez o voto de consagrar todas as suas energias ao serviço dos pobres e infelizes pretos.

Durante mais de 40 anos, para todos eles foi apóstolo, pai carinhoso, médico e amigo. Com a maior ternura dava-lhes alimentos, roupas e remédios e tratava-lhes as feridas com a bondade de uma mãe. Visitava também as prisões, assistia aos criminosos e condenados à morte e converteu presos ingleses e holandeses e muitos muçulmanos.

De noite, em lugar de descansar, entregava-se à oração e fazia penitência.

Deus abençoou-lhe o zelo, dando-lhe a consolação de batizar mais de 40 mil negros, uns mil cada ano na média, antes de lhe conceder a eterna recompensa no céu.

Sua festa celebra-se a 9 de setembro.

Durante o tempo pascal, São Pedro largava a cidade e percorria as montanhas, visitando seus queridos escravos, dispersos nas estâncias; as chuvas tropicais podiam molhá-lo até os ossos, mas não eram capazes de deter-lhe os passos ou fazê-lo voltar. Não deixava uma povoação antes que o último negro se tivesse desobrigado.

Numa ocasião, saiu de repente da residência e correu, sem guia nem caminho, para os pontos mais recônditos de uma Serra, à distancia de várias léguas. Ninguém sabia para onde nem porque corria assim tão depressa. Quando voltou, pálido e moído de cansaço, descobriu-se que fora administrar os últimos Sacramentos a três pobres velhos pretos, abandonados de todos, que se tinham arrastado a uma cabana em ruínas para ali morrer à mingua.

São Pedro Claver gostava de intitular-se "*O escravo dos escravos*".

Palmares

Ansiosos pela liberdade ou maltratados pelos donos, os negros fugiam nas ocasiões propícias, reuniam-se em grupos e formavam pequenas povoações denominadas *quilombos* ou *mocambos*; houve quilombos na Bahia, em Minas e outras capitanias; mas os mais extensos e afamados foram os dos Palmares, em Pernambuco e Alagoas; duraram de 60 para 50 anos.

Encontravam-se na faixa de mata brava que se estendia de sul a norte, uns 200 km, desde *Palmeira*, em Alagoas, até *Altinho*, em Pernambuco, paralela ao litoral; essa mata recebeu o nome de *Palmares*, porque estava cheia de palmeiras *catolés*, preciosas para os habitantes, a quem forneciam vinho, azeite, roupa, alimento e habitação; as palmas serviam

para cobrir as casas; as hastes davam esteios e lenha; os frutos e o palmito usavam-se na alimentação e as fibras exteriores de tronco eram boas para cordas e tecidos.

Os palmeirais eram separados por bosques de outras árvores, onde os negros assentaram os quilombos, cada qual com seus chefes particulares e todos mais ou menos submissos a um rei comum.

Esses quilombos ocupavam a região muito acidentada onde vemos hoje as serras dos *Dois Irmãos*, dos *Palmares*, da *Barriga*, do *Capim*, dos *Pilões*, dos *Bois*, do *Espelho*, etc. Parece que o rei supremo tinha o nome de *Gangazumba* com o título de *Zambi*, *Zumbi* ou *Zombi*, que significa Deus na língua do Congo.

A noroeste de Porto Calvo, havia importantes quilombos: o do *Macaco*, com cerca de 1.500 casas e residência ordinária do rei Gangazuma: o de *Acainéne* ou *Arotiréne*, onde vivia a mãe do rei; os de *Tabocas*, *Dambrabança*, *Osenga* e outros; a noroeste de Serinhaém, havia a cerca do *Amaro*, nome do potentado ali residente, e a noroeste das Alagoas, o mocambo de *Andalaquituxe*, irmão do Zumbi; no palmar de *Sucupira*, vivia *Gangazona*, outro irmão do rei; esse palmar era praça de guerra, continha umas 800 casas, estendia-se a uma légua em cada sentido, com fortificações de pedra e madeira, possuindo no interior um rio chamado *cachingi* e três montes altos e alcantilados, ótimos para atalaias e defesa.

Esses mocambos eram os maiores e mais fortificados; mas havia muitos outros. As fortificações consistiam numa dupla cerca de paus a pique, com seteiras, e circulada por fossos artificialmente dissimulados e com passagens exteriores embaçadas de estrepes.

Se a instrução e educação dos quilombolas eram insuficientes para que formassem uma república regular, com leis escritas e poderes civil e religioso perfeitamente organizados, é certo que a necessidade de defender-se os obrigou a viverem unidos, com uma espécie de governo, onde os mais ladinos e os mais antigos reuniam e dirigiam os outros, afim de protege-los e promover o bem geral.

Os atos religiosos, os de policiamento, a distribuição da justiça e muitos costumes deviam ser bastante irregulares; parece mesmo que alguns negros, de maior esperteza, faziam de parochos e tratavam do que se referia a batizados, casamentos e enterros.

No mocambo do Macaco, encontrou-se uma capela com três imagens: do Menino Jesus, de Nossa Senhora da Conceição e de São Braz.

Os *quilombolas*, chamados também *mocambeiros* e *mocamáus*, viviam dos produtos de suas roças, de um pouco de comércio com algumas fazendas vizinhas e amigas e de bastantes rapinas nas cercanias de Porto Calvo, Alagoas e Penedo.

Ignora-se quando começaram os primeiros mocambos de Palmares; julga-se que foi nas desordens do princípio da guerra holandesa.

Não estão acordes os autores quando avaliam o número dos quilombolas de Palmares; as apreciações variam de 10.000 a 30.000; com o tempo, esse número devia aumentar pela chegada de novos fugitivos e o rapto dos escravos nas fazendas da região.

Expedições baldadas

No tempo em que dominavam em Pernambuco, os Holandeses sofreram numerosas agressões dos quilombolas, trataram de submetê-los, mas não o puderam de modo completo.

Durante 20 anos, desde a expulsão dos Holandeses, em 1654, até o ano de 1674, por sua vez, o governo de Pernambuco empenhou-se em 25 tentativas para os dominar, mas o resultado foi quase nulo; o mau êxito de tantos esforços foi motivado pela distância

dos lugares, a extrema dificuldade dos caminhos, a ignorância completa da parte dos Portugueses do terreno onde deviam combater e o apoio prestado aos mocambeiros pelos fazendeiros vizinhos, que não queriam indispor esses quilombolas e lhes vendiam armas, munições e outros objetos de grande utilidade para a guerra.

A 1ª expedição era oficial e contava 600 homens às ordens do capitão *Braz da Rocha Cardoso*; a 2ª, era oficial também, com maior numero de soldados, e dirigida pelo mestre de campo *Antonio Jacome Bezerra*; o resultado de ambas foi insignificante. Iguamente infrutíferas, as numerosas expedições seguintes foram ora oficiais como as duas primeiras, ora empreendidas por conta própria de particulares; em nada detiveram os quilombolas de agredir continuamente as povoações de Porto Calvo, Alagoas e Penedo, saquear-lhes as casas e fazendas, matar-lhes o gado tomar-lhes os escravos e oferecer asilo seguro aos escravos fugitivos e aos criminosos.

Esforços de D. Pedro de Almeida

O elevado e sempre crescente número dos Palmaresenses, assim como sua audácia e atividade eram um perigo para toda a capitania de Pernambuco; com o tempo, os escravos fugidos chegariam a dominá-la se os Pernambucanos não trabalhassem logo e sem descanso em exterminá-los ou reduzi-los à obediência.

Por isso, *D. Pedro de Almeida*, ao tomar posse do governo de Pernambuco, resolveu lançar mão de todos os meios para assegurar a tranqüilidade da capitania. Confiou um corpo de 280 homens ao sargento-mor *Manuel Lopez Galvão* e o encarregou de policiar a região de Palmares.

Saindo de Porto Calvo, o sargento-mor internou-se resolutamente pelo mato a dentro e, a 22 de janeiro de 1676, deparou com um quilombo de mais de 2.000 casas, salteou-o, incendiou as palhoças e pôs os negros em fuga; como se reunissem um pouco adiante, atacou-os com valor no dia seguinte e, após renhido combate, desalojou-os de novo.

No lugar mesmo da vitória, acampou durante uns cinco meses, afim de bater a região em todos os sentidos; afinal, descobriu o paradeiro dos fugitivos, a umas 25 léguas adiante e desbaratou-os outra vez ferindo de uma bala na perna o general dos quilombolas; era um negro valente, de singular coragem, grande ânimo, constância admirável e inimigo capital dos brancos.

Esgotados os mantimentos, quase sem munições, vendo os soldados cansadíssimos e dizimados por doenças e marchas penosíssimas, o sargento-mor retirou-se levando 45 prisioneiros.

Na esperança de obter resultado mais decisivo, *D. Pedro de Almeida*, em 1677, preparou outra expedição, que devia ser mais forte. Escolheu como chefe o capitão-mor *Fernão Carrilho*, já afamado por ter destruído, nos sertões da Bahia, uns mocambos dos negros e aldeias de Tapuyas que os assolavam; interessou na empresa todas as câmaras de Pernambuco, pediu-lhes instantemente homens, armas e dinheiro e tratou de inflamar os brios dos habitantes mostrando-lhes que, depois de combater com tamanho denodo para expulsar os Holandeses, seria vergonha indelével deixar-se dominar pelos próprios escravos.

Apesar de todos os esforços e promessas, ao chegar em Porto Calvo, *Fernão Carrilho* encontrou apenas 185 soldados entre brancos, mamelucos e Índios; com meios tão insuficientes, o mau êxito era certo; então, o capitão-mor invocou o auxílio do céu e colocou a empresa sob a proteção do Senhor Bom Jesus, em cuja honra mandou cantar missa solene em Camaragibe.

De ânimo alegre, partiu de Porto Calvo a 21 de setembro de 1677, chegou à cerca

de Acainéne a 4 de outubro e logo investiu com os pretos, que fugiram sem combater; pelos presos, soube que o rei Gangazumba estava no mocambo fortificado de Sucupira, marchou para essa povoação, mas encontrou-a deserta e entregue às chamas; ocupou-a e nela assentou arraial com o título de *Bom Jesus e a Cruz*.

O capitão-mor mandou partidas bater o mato em todas as direções; mas os soldados estavam desanimados e começavam a fugir quando vieram alguns reforços enviados por D. Pedro de Almeida. Criando coragem de novo, fizeram os soldados mais uma entrada pelas florestas, bateram um troço de quilombolas muito superiores em número e tiveram a felicidade de prender *Gangamuza*, genro do rei e general dos negros de Angola. Prenderam também *Gaspar*, *João Tapuya* e *Ambrosio*, famosos capitães do mesmo rei e numerosos outros combatentes. Sem esperar licença de Carrilho, executaram logo esses quatro chefes.

O rei Gangazumba estava pelejando nessa batalha, mas fugiu ao ver-se derrotado e reuniu suas forças no vasto quilombo do *Amaro*, ao noroeste de Serinhaém; o capitão-mor correu-lhe no encalço e logo o atacou com vivacidade nos entrincheiramentos; defendendo a cerca, caíram vários capitães poderosos dos mocambeiros e bastantes negros; outra vez o rei fugiu e com tanta pressa que deixou a espada e uma pistola dourada de que usava; foram presas 47 pessoas, entre as quais a mulher, alguns filhos e netos de Gangazumba.

Fernão Carrilho perseguiu os fugitivos, fez numerosos prisioneiros e voltou a Porto Calvo, onde foi recebido em triunfo e rendeu à Deus solenes ações de graças na capela do Senhor Bom Jesus.

Ao chegar ao Recife, teve o júbilo de saber que nas matas do rio S. Miguel e nas margens do rio Mundahú vários grupos de mocambeiros, restos da cerca de Sucupira e do quilombo do Amaro, tinham sido destroçados, apesar de se defenderem como leões e terem morto ou ferido numerosos soldados.

Domingos Jorge Velho

Em 1678, D. Pedro de Almeida conseguiu fazer a paz com o rei Gangazumba, mediante o perdão e grandes vantagens a favor dos quilombolas; as hostilidades, porém, recomeçaram logo no ano seguinte, 1679, com tremendas perdas para os Portugueses.

Não havendo mais esperança de subjugar os negros e como os prejuízos da capitania eram cada vez maiores, os Pernambucanos recorreram aos Paulistas, cuja habilidade em semelhantes trabalhos era justamente celebrada em todo o Brasil.

As negociações fizeram-se com um sertanejo paulista, o coronel *Domingos Jorge Velho*, então mestre de campo de um regimento estacionado no sertão da Bahia; o ajuste foi celebrado a 3 de março de 1687 e definitivamente ratificado pela corte a 7 de abril de 1693. O governador devia pôr munições, armas e mantimentos em Penedo e Alagoas, ficando a condução para o interior por conta do coronel Domingos Jorge Velho. Os negros apresados, exceto o quinto devido ao rei, seriam escravos do dito coronel, que se obrigava a levar fora da capitania os maiores de 7 anos; apenas os chefes principais dos negros seriam executados; o coronel receberia sesmarias nas terras conquistadas sem tolerar nelas nem escravo fugido nem criminoso de qualquer espécie; receberia também 4 hábitos das três ordens militares para si e para os oficiais que tencionasse distinguir; todos os soldados e homens de guerra obedeceriam ao coronel, que poderia prender qualquer morador que auxiliasse os mocamáus.

Apenas em 1695 estiveram prontos os preparativos e Jorge Velho recebeu ordem de marchar para Porto Calvo. Com uns 1.000 homens, o destemido Paulista saiu do sertão da Bahia e passou por Garanhuns onde parou para estudar a região dos Palmares e examinar

à vontade a povoação principal do Zumbi, que estava a pouca distância.

Este quilombo era bastante extenso e media uma légua de volta; as plantações eram vigorosas e bem tratadas; no centro havia um lago, alimentado por vários riachos cujas águas serviam aos quilombolas. Num alto, um rochedo dominava a redondeza e era ótimo posto para a atalaia observar ao longe. Ao redor do grupo das casas, corria um cerca de duas linhas de paus a pique, altos, feitos de troncos grossos da melhor e mais dura madeira, lavrados em quatro faces, como fortes traves. Três portas, colocadas a igual distância uma da outra, permitiam o ingresso para o quilombo; eram fortes, feitas da mesma madeira que a cerca, protegidas em cima por uma plataforma onde se abrigavam os defensores, comandados por um dos mais valorosos chefes.

No terceiro dia depois de chegar, os Paulistas, meio desprevenidos andavam colhendo frutas num bananal pertencente aos mocamáus, quando foram atacados com violento ímpeto e obrigados a lutar corpo a corpo. Apesar de seu valor, resistiram mal ao choque, perderam preciosas vidas e retrocederam aos poucos; o combate podia degenerar em desastre, quando Domingos Velho acudiu, grupou em ordem o resto de seus homens e efetuou logo a retirada para Porto Calvo.

Ali encontrou os soldados enviados pelo governador, ao todo de 6.000 para 7.000 homens. A frente desse numeroso exército, dirigiu-se imediatamente para o quilombo de Garanhuns. Como disposição de assalto, repartiu suas forças em três colunas: no centro, em frente da 1ª porta, os soldados de Olinda, às ordens de Bernardo Vieira de Mello; na direita, para forçar a 2ª porta, ele próprio com seus Paulistas; na esquerda, com ordem de arrebatá-la a 3ª porta, o resto dos homens sob a direção do sargento-mor Sebastião Dias. Mas a defesa foi enérgica: numerosos assaltos para subir as cercas com escadas foram todos repelidos e os atacantes sofreram duras perdas; os aproches com machado malograram todos igualmente, debaixo das pedras, frechas, água fervente e outros meios usados pelos hábeis e corajosos negros; o fogo pegava mal na madeira dura e não havia meio de aproximar-se bastante perto para acendê-lo.

Então Domingos Jorge Velho pediu ao governador mais reforços de homens e artilharia, apertou o bloqueio do quilombo e requisitou ou comprou víveres e mais mantimentos nas povoações ao seu alcance.

Afinal, recebendo canhões, assestou-os contra uma porta que derrubou, alargou a brecha, ordenou o assalto e assim entrou na povoação, onde fez avultado número de presos, que levou a Olinda, para reparti-los entre seus soldados, conforme os merecimentos de cada um.

Durante muitos anos, a tradição narrava que o Zumbi, preferindo a morte ao cativo, para não cair vivo nas mãos dos vencedores, subiu ao alto da atalaia e atirou-se resoluto por um profundo despenhadeiro; é possível que vários negros o tenham feito, particularmente os chefes; mas documentos posteriormente encontrados provam que o próprio Zumbi não se suicidou num despenhadeiro, mas foi atraído por um mulato, seu valido, que o prendeu e entregou aos Portugueses, os quais o executaram, provavelmente cortando-lhe a cabeça (1695). Domingos Jorge Velho continuou a pacificação dos Palmares, destruindo facilmente vários outros quilombos de menor importância; a partir de 1697 a região estava em paz e os Paulistas, nas sesmarias recebidas, fundaram os arraiais de *S. Caetano*, hoje *Jacuipe*, perto do rio de mesmo nome, *Atalaia* sobre o rio Paraíba, e *Anadia* sobre o rio São Miguel, todos nas Alagoas; foram postos de policiamento que impossibilitaram a formação de novos quilombos.

Em 1700, nos Palmares, apareceu ainda o negro *Camuanga*; à frente de alguns

companheiros da mesma cor, perturbou a tranquilidade pública, mas não demorou em ser preso.

Tratado de paz com o Zumbi

Embora feliz, a expedição de Fernão Carrilho não fora definitiva: restavam ainda muitos e fortes quilombos em plena atividade e, sobretudo, faltava prender o chefe, o Zumbi Gangazumba.

De caráter bondoso e magnânimo, e também impelido pela impotência de subjugar os negros à viva força, o capitão-mor de Pernambuco, D. Pedro de Almeida, resolveu experimentar os meios dissuasórios e oferecer paz e honrosas condições aos quilombolas. Mandou-lhes um alferes para lhes apresentar propostas vantajosas. Este oficial voltou ao Recife no dia 18/junho/1678, trazendo consigo dois filhos do Zumbi e mais dez negros, distintos chefes dos Palmares; vinham todos em nome de Gangazumba ajustar a paz oferecida; tal embaixada pressagiava dias felizes no futuro.

Tanto D. Pedro de Almeida como Ayres de Souza e Castro, o novo governador, os receberam com a maior gentileza, dando-lhes boa roupa e enfeites, porque vieram quase nus. Dois dias depois, a 20 de junho, na igreja do Corpo Santo, houve soleníssima festa religiosa para agradecer a Deus tão auspicioso e inesperado sucesso.

Na manhã de 21, reuniram-se os dois governadores, os membros da Câmara e principais cidadãos com os embaixadores de Palmares e resolveram oferecer aos quilombolas as seguintes propostas de paz:

O rei Gangazumba, completamente perdoado, ajudaria a conquistar os quilombos que recusassem aceitar a paz; todos os negros perdoados e livres, se retirariam, dentro de 3 meses, para as cabeceiras dos rios Serinhaém e Formoso onde receberiam terras, seriam vassalos do rei de Portugal e governados pelo próprio Gangazumba, com o título de mestre de campo; os chefes negros conservariam os mesmos títulos e postos; os nascidos nos Palmares seriam livres.

Os Pernambucanos restituíam os presos, mas, doravante, os negros que fugissem de alguma fazenda deviam voltar aos donos.

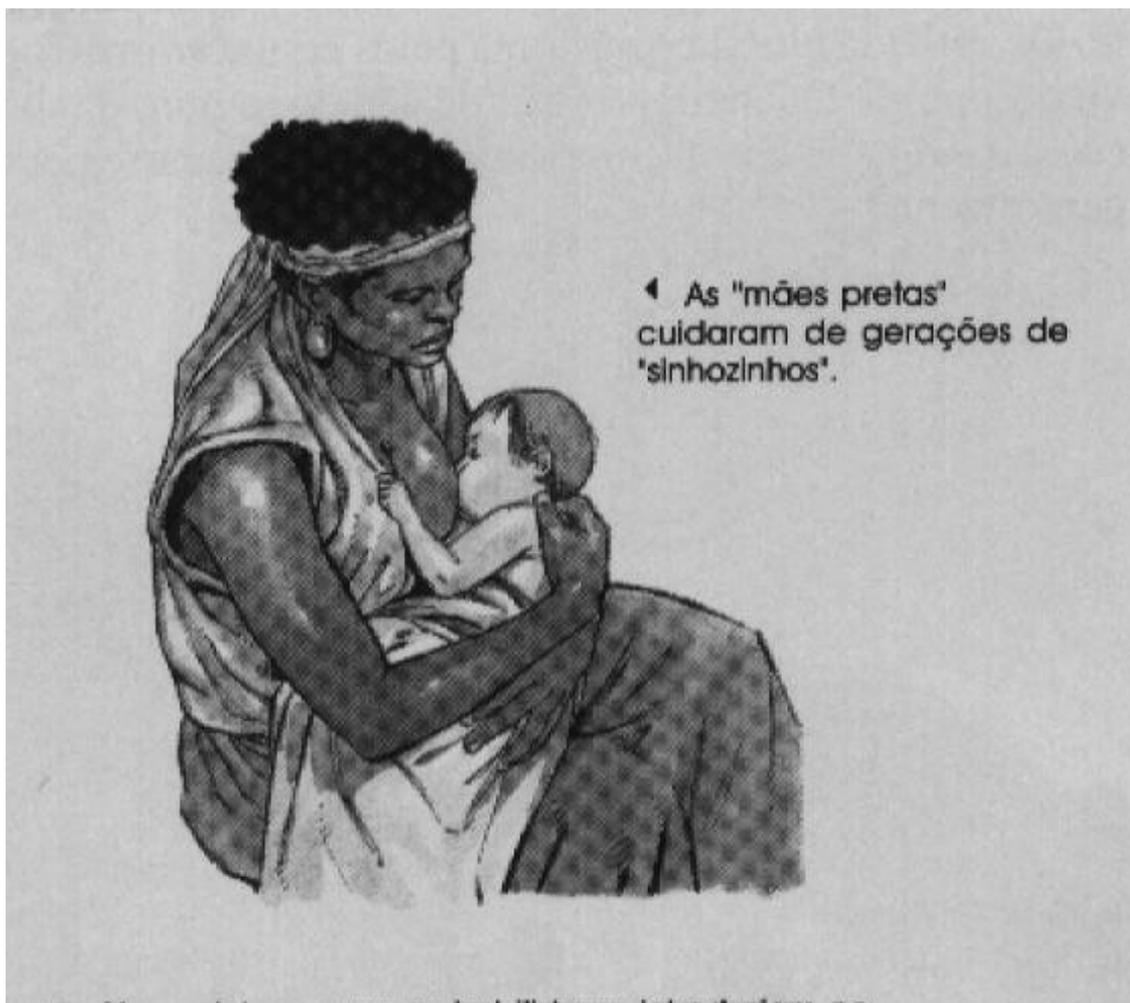
Os embaixadores aceitaram essas condições e foram despedidos com presentes e com a maior cortesia, indo com eles um sargento-mor, do terço de Henrique Dias, afim de ler e confirmar a Gangazumba o tratado de paz.

Como um filho de rei tivesse uma perna ferida e não pudesse viajar, ficou em tratamento no Recife com dois negros para servi-lo; seguiram depois da cura.

As condições eram vantajosíssimas; os quilombolas recebiam o perdão, a liberdade e terras para suas casas e roças; era a mais honrosa reabilitação para todos. Entretanto, no ano seguinte, 1679, recomeçaram as hostilidades; porque não aceitaram? A principal razão deve procurar-se na confiança insuficiente que tinham nos Portugueses, no espírito irrequieto e na soberba que então os animavam depois de uns 50 anos de vida independente; se algum Anchieta ou Nóbrega tivesse podido acompanhar o portador do tratado de paz e viver no meio deles para os persuadir e animar a adotá-lo e observá-lo, a paz teria sido definitiva e a guerra dos Palmares teria acabado logo e do modo mais feliz e decoroso para todos.

O fato é que os negros não demoraram a recomeçar extorsões nas fazendas a seu alcance; o capitão-mor foi obrigado a enviar contra eles, em 1679, uma expedição que foi singularmente molestada na marcha avante e sofreu tremenda derrota no encontro. Deixados tranquilos até 1695, os negros fortificaram-se cada vez mais, continuaram suas depredações e tornaram inevitável a expedição de Domingos Jorge Velho, que havia de

aniquilá-los completamente em 1695.



Fonte: livro de História do Brasil da FTD, São Paulo.

Editor:

Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel
Delegado da AHIMTB/IHTRGS/RS